

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Bosco Costa)

Qualifica o homicídio cometido contra Líderes Religiosos e espirituais de qualquer credo ou em virtude de suas atividades ou local de prática religiosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera o § 2º do Art. 121, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro, para incluir o homicídio cometido contra Líderes Religiosos e espirituais de qualquer credo ou em virtude de suas atividades ou local de prática religiosa.

Art. 2º. O art. 121, § 2º, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do inciso VIII:

Art.121.

.....  
§2º .....

VIII – Contra Líderes Religiosos de qualquer credo ou em virtude de suas atividades ou local de prática religiosa. (NR)

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

No mundo contemporâneo convivemos com pluralismo religioso. Embora o estado brasileiro seja laico, é também seu dever garantir a convivência pacífica entre as religiões. No entanto, como é fácil constatar através da mídia, a intolerância religiosa está se intensificando em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Todavia, a intolerância não é o único crime que preocupa as religiões. Nos últimos anos temos notado inúmeros assassinatos de líderes religiosos, sobretudo referente ao crime de latrocínio, bem como furtos e roubos a templos.

É certo que o crime de homicídio não vitima somente o homem, mas também o Estado, posto que afronta a ordem social, o interesse público. Da mesma forma, quando um líder religioso é assassinado o estado já é atingido naturalmente, porém, essa agressão atinge também todas as religiões, pois a mensagem passada pelos criminosos é a de que ninguém está imune. Apesar de não ser o único viés de dogmatismos e virtudes, há diversos estudos que comprovam a correlação das práticas religiosas com o desenvolvimento de bons valores e tolerância no convívio social. Essa prática faz parte da filosofia moral coletiva e, independente da religião, é sensato afirmar que todas desempenham um papel social indispensável.

A Constituição Federal de 1998, logo no caput do seu Artigo 5º, assegura que “todos são iguais perante a lei”. Este é denominado pela doutrina como princípio da igualdade ou isonomia. Essa igualdade pode ser formal ou material. A igualdade formal preceitua que todos devem ser tratados de forma igual, sem distinções, perante a lei. Já a igualdade material vislumbra a igualdade real, permitindo tratar os iguais de forma desigual, restabelecendo justamente essa igualdade entre pessoas que se encontram em situações díspares. Desta forma, a Carta Magna garante aos legisladores estabelecer e normatizar condições e situações específicas diante do processo evolutivo social para adequá-los à nova conjuntura. Assim sendo, consideramos que o Artigo 121 do Código Penal já não atende os anseios sociais e precisa ser alterado. Por isso, este Projeto de Lei tem o objetivo de agravar o crime de homicídio praticado contra líderes religiosos, de todas as vertentes, no intuito de proteger não só a vida dessa vítima em potencial, mas também proteger toda a simbiose religiosa de que ele participa, a qual atinge um número muitas vezes incalculável de pessoas.

Diante das qualificadoras e agravantes existentes no referido Código Penal, percebemos que elas estão sendo insuficientes para impedir que religiosos sejam assassinados, o que requer adequação. O Brasil é um dos países que mais mata religiosos no mundo. Salientamos que a maioria é vítima do crime de latrocínio, 157 do CP - roubo seguido de morte, o que, além de amedrontar esses religiosos, tem causado pânico em diversas igrejas, templos, terreiros, centros, monastérios, conventos, consequentemente, fazendo vítima toda uma coletividade. Assim sendo, é preciso

proteger não só a vida da vítima, mas também o patrimônio material dessas congregações.

A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade e a prática religiosa, bem como garante o direito à vida e a propriedade privada. O presente projeto de lei tem o cunho de readequar essa resposta jurídico-penal, agravando o crime de homicídio contra líder religioso, em qualquer circunstância; agravando também o crime de roubo em templos religiosos e qualificando o latrocínio cuja vítima é um líder religioso. Mormente, visando diminuir exponencialmente a criminalidade no país e impedindo que o Brasil se transforme ainda mais em um país intolerante para as práticas religiosas. Segundo o jornal Gazeta do Povo, "De acordo com o Open Doors, todos os meses, em média, 345 cristãos são mortos por motivos relacionados à sua fé; 105 igrejas ou locais cristãos são queimados ou atacados; 219 cristãos são detidos sem julgamento, sentenciados ou presos. Estima-se que 245 milhões de cristãos vivam atualmente nos 50 países que sofrem as restrições mais rígidas." (Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-paises-onde-e-mais-perigoso-ser-cristao/>). O Brasil ainda é um país de maioria cristã, segundo dados do IBGE, porém, recentemente ocorreram ataques a templos de candomblé, assassinatos de pastores e padres, roubos em igrejas, latrocínios. Os dados só não são mais alarmantes porque não são quantificados, visto que todos esses crimes são computados com os crimes comuns respectivos. O Legislativo não pode ficar inerte a essa triste realidade. É preciso barrar a criminalidade.

Assim, entendemos que é imprescindível a aprovação deste projeto de lei, avançando na adequação do Código Penal, que é de 1940, coadunando-o com a realidade atual. Por isso, solicito aos nobres Pares que apoiem a sua apreciação e aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2019.

Deputado Bosco Costa  
PL/SE